

## ARTIGO

### Uma revisão teórica sobre a interpretação aplicada aos grupos

Antonios Terzis<sup>1</sup>

Carla Pontes Donnamaria<sup>2</sup>

Cíntia C. Vigiani Carvalho<sup>2</sup>

Cybele C. Moretto<sup>2</sup>

Fatima R M Nascimento<sup>2</sup>

Valéria Cristina Pereira Verzignasse<sup>2</sup>

Pontifícia Universidade Católica de Campinas - SP

#### RESUMO

Este trabalho apresenta uma revisão teórica sobre o principal instrumento da psicanálise, a interpretação. Parte da definição clássica freudiana, que tem por objetivo tornar o inconsciente consciente, passa por alguns aspectos da evolução histórica da técnica, enriquecido com os questionamentos e descobertas que se seguiram e apresenta sua aplicação no enquadre grupal. Destaca-se como principal diferencial, a presença real dos demais membros, pois estes se tornam “outros” que respondem, opinam, aconselham e, portanto, também interpretam. Assim, no grupo, a interpretação não é prerrogativa somente do grupoterapeuta. É possível concluir que a interpretação está repleta de aspectos sutis que alteram e definem seus efeitos, merecendo maior atenção e observação. O aprofundamento dos estudos sobre esta técnica possibilitará o desenvolvimento, a abrangência e eficácia das grupoterapias.

**Palavras-chave:** Psicanálise; Interpretação; Psicoterapia de grupo.

#### A theoretical revision regarding the interpretation applied to groups

#### ABSTRACT

This work presents a theoretical revision regarding the main instrument of psychoanalysis: interpretation. We begin with the classical Freudian definition, the objective of which is to make the unconscious conscious, cover some aspects of the historical evolution of the technique, enriched by subsequent questioning and discoveries, and present its application in the group framework. In this framework, the presence of other members stands out as the main differential factor, because they become “others” who respond, opine, advise, and, therefore,

also interpret. Thus, in the group, interpretation is not the exclusive prerogative of the group therapist. It can be concluded that interpretation is replete with subtle aspects that alter and define its effects, and are deserving of greater attention and observation. Deeper study of this technique will allow the range and efficacy of group therapies to be developed.

**Keywords:** Psychoanalysis; Interpretation; Group psychotherapy.

## Una revisión teórica acerca de la interpretación aplicada en el grupo

### RESUMEN

Este trabajo presenta una revisión teórica acerca del principal instrumento del psicoanálisis, la interpretación. Parte de la definición clásica freudiana, que tiene como objetivo tornar al inconsciente consciente, pasa por algunos aspectos de la evolución histórica de la técnica, enriquecida con los cuestionamientos y descubrimientos que se seguirán y presenta su aplicación en el marco grupal. En este, se destaca como principal diferencial la presencia real de los demás miembros, ya que estos se tornan “otros” que responden, opinan, aconsejan y, por lo tanto, también interpretan. De esta manera, en el grupo, la interpretación no es prerrogativa solamente del terapeuta del grupo. Es posible concluir que la interpretación está repleta de aspectos sutiles que alteran y definen sus efectos, mereciendo mayor atención y observación. La profundización de los estudios sobre esta técnica hará posible el desarrollo de la amplitud y la eficacia de las terapias de grupo.

**Palabras clave:** Psicoanálisis; Interpretación; Psicoterapia de grupo.

### 1. CONSIDERAÇÕES SOBRE O USO PSICANALÍTICO DO TERMO “INTERPRETAÇÃO”

É de praxe iniciar um artigo expondo a etimologia de um termo chave que o caracteriza. Neste artigo acertadamente isso não será feito, pois “interpretação” é uma palavra de origem latina, e em psicanálise, trata-se da tradução dada à palavra “*deutung*” do alemão de Freud. A diferença que isso faz é que o pai da psicanálise atribui a esse termo conotações diversas do termo latino: “De forma geral, em alemão, a “*deutung*” se refere a uma atividade interpretativa centrada na descoberta dos sentidos não evidentes, dos significados adicionais.” (Hans, 1996, p.285). Não se trata de traduzir, tal como faria um profissional intérprete, algo que estaria evidente e que não teria sido compreendido por uma questão de linguagem. Assim,

para Freud, a compreensão de interpretação vai além dos sentidos aparentes dos sonhos, dos lapsos e dos fenômenos transferenciais.

Na língua portuguesa, segundo o Dicionário Aurélio, interpretar é explicar, explanar ou aclarar o sentido de algo, seja palavra, texto ou lei (Ferreira, 1999), portanto é dar um significado àquilo que está acontecendo, já estando mais próximo da idéia de Freud sobre a interpretação.

Para Freud (1948), a interpretação é o ato de dar sentido (além do evidente, como já exposto) ao material. Em sua obra "A Interpretação dos sonhos", interpretar um sonho é descobrir seu sentido oculto. Assim, interpretar um material quer seja uma fala, ou o que Inda (1992) chamou de "metáfora do corpo" (gestos, posturas, movimentos), significa dar um sentido a esse material. Dentre os múltiplos instrumentos de que dispõe o analista, a interpretação é sua principal ferramenta. Palavra chave do que se define técnica psicanalítica, já que é através de seu uso que se torna consciente o inconsciente.

Pontalis e Laplanche (2001) contribuem para o esclarecimento do termo, afirmando que a interpretação é a comunicação feita pelo analista ao paciente com o objetivo de fornecer a apropriação dos sentidos ocultos presentes em suas comunicações. Para eles, a interpretação tem como foco o sentido latente das expressões físicas e verbais do paciente, com a finalidade de revelar os conflitos, defesas e desejos inconscientes.

O primeiro a interpretar, como já disse Freud em 1948, é o próprio paciente. Ao descrever sua dor, seu mal-estar, atribui algum significado, numa tentativa de encontrar a causa de seu sofrimento. A nomeação de uma representação produz sempre alguma forma de modificação, conforme diz Inda (1992). A diferença fundamental entre a interpretação do paciente e a do analista que utiliza o instrumento da psicanálise, é que o primeiro busca uma razão lógica para seu sofrimento, enquanto o analista tem por objetivo entender e ajudar o paciente a compreender o significado emocional daquilo que interpreta.

Bernfeld, comentado por Etchegoyen (1987), parte das definições de Freud, de que interpretar é desvendar o sentido de algo, incorporando-o ao contexto global da pessoa (ou de um grupo, talvez seja possível inferir) que o produziu, e propõe classes de interpretação: finalista, funcional e genética.

De acordo com a classe finalista, a interpretação visa o propósito ou intenção inconsciente, de determinada ação. A interpretação funcional volta-se para a descoberta do papel, da função de uma determinada ação, ou para caracterizar um fato no contexto a que pertence. Já a interpretação genética tem sentido de reconstrução, dos fatos psíquicos que se sucederam concretamente, não propriamente o processo tal como se deu, mas enquanto um modelo desse processo.

Como também assinala Etchegoyen (1987) houve uma evolução histórica desta técnica. O conceito de tornar consciente o inconsciente foi se enriquecendo com diversos

enfoques metapsicológicos que o próprio Freud e depois alguns de seus discípulos foram descobrindo e descrevendo.

Dada essa evolução, a interpretação encontra-se discriminada em três níveis: o topográfico, que corresponde àquela forma original e simples de tornar consciente o inconsciente; o dinâmico, no sentido de vencer uma determinada resistência; e o econômico, tomando o material no ponto em que, no entendimento do analista, estão se cristalizando os afetos mais fortes.

Azevedo (2001), que também procura examinar a evolução e o desenvolvimento do conceito de interpretação, confirma a necessidade de que a interpretação não seja uma prerrogativa do analista e afirma que dar ao paciente a função de associação livre e ao analista a função de interpretação, resulta numa maneira simplista de encarar esta relação. A autora mostra como, através deste modo de ver a interpretação, a capacidade do analisando e a interação analista-analisando ficam colocadas num segundo plano. Para ela:

*Não se tratam apenas de funções e atribuições diferentes: ao analista interpretar ao analisando associar: na verdade se desenvolve na relação analítica um diálogo, há uma evolução de associações que, quando observada, pode ampliar, expandir e esclarecer a situação emocional. (p. 360).*

O que a autora propõe é que sempre haverá uma interação entre a dupla analítica, ou seja, o analista passa a ser visto enquanto pessoa real que participa da relação psicanalítica e o analisando também passa a ocupar um lugar diferente: “não é apenas aquele que traz associações ou sonhos, aquele que verbaliza desejos e fantasias. É com quem o analista precisa desenvolver uma relação, para que ambos, atentos ao que se passa na dupla, possam vir a se comunicar e a estabelecer uma relação emocional intersubjetiva” (Azevedo, 2001, p.363).

Blay Neto (1988) faz coro com a autora, considerando a interpretação “um acontecimento a dois”, e nunca um acontecimento unilateral, onde é possível, junto com o paciente, partir de um ponto inicial comum a ambos e, a partir daí, caminhar para uma percepção do que está acontecendo com ele.

De sua experiência clínica e do aprendizado decorrente de sua vivência com Bion, este autor apresenta um novo direcionamento empreendido em seu trabalho clínico, buscando diferenciar-se da idéia convencional sobre a interpretação, colocando-se na posição de, ao invés de interpretar “esperar que do relacionamento com o paciente apareça alguma coisa e a interpretação, se eu puder usar este termo, surja como se fosse um *'happening'* (...) acontece, não é produzido.” (Blay Neto, 1988, p.3).

## 2. A INTERPRETAÇÃO APLICADA AOS GRUPOS

De acordo com Kaës (1982), o trabalho de interpretação num enquadre grupal é a análise da inter-transferência, ou análise intertransferencial, ou seja, a elaboração dos processos transferenciais e contratransferenciais múltiplos que se articulam num grupo.

Os conteúdos manifestos no *setting* grupal – aquele constituído de um grupo de pessoas sentadas em iguais cadeiras dispostas em círculo, cara a cara, incluindo o coordenador, intercambiando palavras, olhares, gestos, movimentos – mostram e ocultam as fantasias latentes, os grupos internos postos em jogo. A interpretação neste contexto, e outras intervenções psicanalíticas, indicarão hipóteses. (Inda, 1992). As hipóteses terão associação com situações do aqui e agora, implicando uma demonstração do que ocorre na sessão, anunciando angústias, defesas e desejos inconscientes do momento atual. Serão endereçadas coletivamente ao conjunto, com necessário desmonte dos papéis desempenhados pelos indivíduos num processo de conjunto (Anzieu, 1993). Portanto, é diferente da interpretação histórica que se destaca na análise individual, onde se realiza através de uma reconstrução da vida do sujeito, ou incidindo sobre uma repetição de uma situação infantil num conflito atual.

É possível questionar se haveria vantagens e desvantagens entre interpretar passado e presente, mas, em tempo, Etchegoyen (1993) esclarece que “não se sanciona uma diferença fundamental entre interpretar o passado ou o presente, porque em ambos os casos se deve considerar o indivíduo em seu conjunto”. (p. 238). Na verdade, a práxis não marca diferenças entre interpretar a história e a atualidade, uma vez que passado e presente se sobrepõem na vida do indivíduo.

O que é, sim, distintivo no enquadre grupal é a presença dos ‘outros’, “presentes no jogo cênico de projeções, identificações cruzadas, objetos de escolha e de rechaço, suportes, atores que se prestam, prazerosamente, a representar um papel na novela familiar de algum protagonista momentâneo” (Inda, 1992, p. 52).

No grupo, estes ‘outros’ também interpretam, explícita e voluntariamente, ou atuam, respondem, confirmam, interferem, opinando, aconselhando, propondo, criticando ou aplaudindo sobre os cursos de ações. Neste sentido, podemos dizer que a interpretação numa análise grupal não está centralizada na figura do terapeuta, mas se distribui entre todos os participantes do grupo.

Zimerman (2000) prefere usar a expressão “atividade interpretativa”, ao invés de interpretação, por considerar que a mesma supõe uma maior abrangência dos recursos utilizados pelo grupoterapeuta, constituindo-se como seu principal instrumento técnico, e faz a distinção entre a interpretação propriamente dita e a atividade interpretativa:

*A primeira é classicamente considerada como sendo a que, no 'aqui - agora' da transferência, através da formulação verbal do terapeuta, decodifica o conflito inconsciente que se estabelece entre impulsos, defesas, relações objetivas internas. Atividade interpretativa, por sua vez, implica no uso de intervenções que levem os pacientes a fazer indagações. Nesse caso, as intervenções do terapeuta incluem o uso de perguntas, clarificações (enfoque de detalhes significativos), confrontações (confronto entre as contradições do paciente, assim como de suas dissociações) e o eventual emprego de analogias e metáforas. (p.174)*

Zimerman (2000) destaca o caráter inter-relacional do vínculo terapêutico e diz não haver uma fórmula certa sobre o que e como dizer, dada à variedade de situações práticas e também de estilos dos grupoterapeutas, que devem ser consideradas:

*Assim, a interpretação se forma no terapeuta a partir da elaboração interna de uma série de fatores: seus conhecimentos teórico-técnicos (acerca da livre-associação de idéias, jogo das identificações, as múltiplas transferências, os actings, etc.), suas sensações transferenciais, sua capacidade de empatia e de intuição e, em caso de grupos, sua aptidão em captar o denominador comum da tensão grupal. É útil lembrar que a interpretação opera pelo entendimento daquilo que não é dito e não é feito. (p. 174).*

Um outro aspecto importante a observar é o estilo do grupoterapeuta, que segundo o autor, exerce influência sobre o campo grupal, podendo até mesmo comprometer a eficiência da técnica. Estes estilos variam desde demonstrações de poder do grupoterapeuta, subestimando a capacidade interpretativa do grupo ou mesmo pelo excessivo didatismo ou falta de paciência ou continência, que não favorecem o intercâmbio de experiências dos pacientes entre si.

Isto abre espaço para um aprofundamento sobre os cuidados a serem tomados ao se decidir uma interpretação em contexto coletivo. Zimerman (2000) afirma que o grupoterapeuta precisa ter clareza da finalidade da atividade interpretativa, a fim de evitar o que ele denomina "um desvirtuamento contraproducente", em seus aspectos de conteúdo, forma e estilo.

Em termos de conteúdo o risco, para ele, é o grupoterapeuta interpretar algo não relevante daquilo que lhe é comunicado, não conectar as comunicações do grupo, ressaltar somente aspectos positivos ou negativos de uma determinada situação. Ou seja, uma leitura comprometida e parcial do que de fato ocorre no grupo.

Em relação à forma de transmitir a interpretação, destaca-se o risco de usá-la como instrumento de poder, cair no reducionismo, saturação ou intelectualização demasiada, não dando espaço aos participantes de fazerem também suas interpretações. O autor coloca que um dos melhores indicadores de crescimento grupal é justamente o fato de seus componentes compartilharem uma *recíproca função interpretativa* acerca de si próprios, dos demais e daquilo que se passa no grupo, cabendo ao terapeuta atentar para a diferença entre interpretar e identificar as formas de *actings*.

Diversos outros autores ressaltam os riscos e cuidados que devem ser tomados nas interpretações ocorridas no grupo.

Anzieu (1993) afirma que nas sessões iniciais deve-se procurar pela transferência no que não é dito no discurso coletivo dos participantes (essa transferência será expressa de forma literal nas últimas sessões, segundo este autor), e esse se constituirá o material a ser interpretado.

Para ele, os objetos da interpretação em contexto grupal são as cenas e os lugares que vão ocupando os membros do grupo. Assim, os outros se tornam ocasião privilegiada para uma recuperação subjetiva, o que, entre outras coisas, justificam propostas destes enquadres multipessoais. Outro importante cuidado que este autor aponta se refere ao *acting-out*, que não deve ser reprovado nem deixado em branco, mas interpretado o mais breve possível.

Blay Neto (1988) ressaltava a importância que devemos dar não somente ao que o indivíduo verbaliza no grupo, mas especialmente a forma como o faz, às atitudes e posturas apresentadas no momento em que fala, ou seja, considerar o não verbal da comunicação. Citando Chomsky, lingüista, o autor pontua a importância da pronúncia da palavra, um dos elementos fundamentais do contato entre grupo e terapeuta, considerando desejável o exame das características de veiculação verbal e não tanto o que o verbo está dizendo.

Segundo o autor, o mundo interno (cargas emocionais inconscientes) tende a se manifestar, seja por nossa expressão corporal, nossa voz, nosso gestual, etc. E é justamente pela condição dinâmica deste mundo interno que é possível interpretar.

O autor observa ainda que os dados inusitados e inesperados merecem tanto a atenção do terapeuta quanto do paciente. Esses dados referem-se às contradições em relação àquilo que está ocorrendo. Dá como exemplo uma situação no grupo, quando um dos membros aparentemente está distraído, abstraído de uma situação onde os demais se encontram falando, conversando, e quando o terapeuta o questiona, este confirma seu estado, e as informações que ele emite sobre o que se passa com ele, refletem muitas das fantasias que ocorrem dentro do grupo naquele momento.

Quanto à exteriorização das emoções e vivências emocionais o autor afirma que esta nunca se dará em palavras somente, mas com necessária empatia que vai além da percepção e compreensão do problema do paciente, mas da vibração dessa emoção, ou seja, numa identificação projetiva.

Ribeiro (1995) também coloca alguns tipos de interpretações que devem ser evitadas para não prejudicar o amadurecimento do grupo e o aumento das resistências inconscientes, são elas:

1. Interpretações mergulhantes: interpretações prematuras feitas em um momento em que o grupo ainda não está preparado para recebê-las.

2. Interpretações que tendem a pegar o paciente ou o grupo em contradições: aqui é melhor trabalhar a ambivalência do grupo do que simplesmente mostrar suas contradições.

3. Interpretações “traços de união”: o analista acaba fazendo o papel do grupo na associação livre, ou seja, procura estabelecer laços atribuindo aos pacientes sentimentos que ele poderia ter tido.

4. Interpretações classificatórias: o analista tende a nomear os sentimentos do paciente distanciando-se da experiência emocional manifestada pelos pacientes.

Por fim, Ribeiro (1995) observa que o psicoterapeuta deve interpretar de uma forma simples, estar atento à comunicação verbal e não-verbal do paciente e do grupo, observar seus processos contratransferências e saber escutar. Dessa forma ele poderá usar a interpretação como um instrumento capaz de provocar um amadurecimento no grupo e no indivíduo.

É, portanto, possível concluir que a interpretação, sendo o instrumento principal da técnica psicanalítica, está repleta de aspectos sutis que alteram e definem seus efeitos, merecendo maior atenção e observação. A interpretação no enquadre grupal parte da interpretação no *setting* individual e a ela se assemelha, porém introduzindo algumas alterações produzidas pela multiplicidade de pessoas participantes e pela conseqüente distribuição/diluição do poder interventivo do terapeuta. Ressalta-se a importância de aprofundarem-se os estudos sobre esta técnica de forma que a condução dos processos psicanalíticos de grupo possa ser enriquecida e aprimorada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANZIEU, D. **O grupo e o inconsciente: o imaginário grupal**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1993. 227 p.

AZEVEDO, A. M. A. de. Interpretação: revelação ou criação? **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 359-374, 2001.

BLAY NETO, B. Identificação e função da identificação projetiva na interpretação. **Anais do VII Congresso Brasileiro de Psicoterapia Analítica de Grupo**. Caxambu, 1988.

ETCHEGOYEN, R. H. **Fundamentos da técnica psicanalítica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987. 500 p.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Aurélio XXI. O Dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira., 1999. 2128 p.

FREUD, S. (1948). A interpretação dos sonhos. In: **Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, v. 4, 1980.

HANS, L.A. **Dicionário comentado do alemão de Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. 505p.

INDA, N. El trabajo de la interpretación en grupos. In: MENDILAHARZU, G.B. (Coord.), Psicoanálisis de las configuraciones vinculares. **Revista de Psicología y Psicoterapia de Grupo da Asociación Argentina de Psicología y Psicoterapia de Grupo**. Argentina, v. 15, n. 2, p. 47-55, 1992.

KAËS, R. A intertransferência e a interpretação no trabalho psicanalítico grupal. In: KAËS, R. **Le travail psychanalytique dans les groupes**. Paris: Dunod, 1982. 281p.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.B. **Vocabulário de psicanálise**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 552 p.

RIBEIRO, J. P. (2001). A interpretação. In: **Psicoterapia de grupo analítico: teoria e técnica**. 2 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995. p.137-145.

ZIMERMAN, D.E. Atividade interpretativa. In: **Fundamentos básicos das grupoterapias**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. p. 173-179.

**Endereço para correspondência**

Antonios Terzis

E-mail: aterzis@uol.com.br

Cybele C. Moretto

E-mail: cybele@puccampinas.edu.br

Recebido em 18/02/07.

1ª Revisão em 27/04/07.

Aceite final em 15/06/07.

---

<sup>1</sup> Grupoanalista. Professor do Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, SP.

<sup>2</sup> Psicólogas. Alunas do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, SP.